

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)**

Atena
Editora
Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Maristela Carneiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-944-8

DOI 10.22533/at.ed.448210104

1. Ciências sociais. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne capítulos que versam sobre os trânsitos da teoria à prática. Para tanto, há que se pensar em uma teoria e uma prática que estejam além do discurso descompromissado do cotidiano, afinal pensar a respeito de algo e agir sobre não são movimentos indiscutivelmente divorciados e irreconciliáveis. É evidente que entre as elaborações teóricas desenvolvidas no ambiente acadêmico e a implementação de políticas públicas robustas que efetivamente afetam positivamente as vidas das pessoas, há um longo caminho.

Dito isso, ao contrário do que sugere o senso comum, teoria e prática não são oponentes, mas apenas segmentos distintos do mesmo processo.

Sem compreender como uma sociedade se constituiu historicamente e quais são as estruturas que a governam, não é possível detectar possíveis problemas, elaborar alternativas ou proporcionar inovações. O Brasil, problema maior do qual emanam todos os dilemas menores investigados nestes textos, construiu-se ao longo de cinco séculos preservando fortes estruturas coloniais, classistas e racistas, algo que, enquanto visto como uma realidade cristalizada no passado por uma parcela privilegiada da população, ainda marca profundamente nossas negociações sociais, permanecendo muito viva nos combates cotidianos.

A presente coleção compreende trabalhos que abordam questões pertinentes ao direito e aos desdobramentos jurídicos, às políticas educacionais, às iniciativas de desenvolvimento econômico, à manutenção da saúde física e mental, à segurança pública e ao empreendedorismo. Todos estes temas, embora caracterizados por incontáveis especificidades no que diz respeito às metodologias adotadas e resultados esperados, são fundamentalmente elaborações emanadas da malha social, de tal maneira que todos devem ser contemplados por uma mirada global e complexa dos ambientes em que residimos e construímos nossas vidas coletivas.

O estudo das dinâmicas aqui expostas aponta para um desenvolvimento positivo, uma conexão mais visível e fortalecida entre o espaço acadêmico e o mundo fora dos muros das universidades ou da vida acadêmica. As pesquisas que compõem essa obra são sintomáticas de núcleos de pesquisa cujo olhar está voltado para as ruas, praças, postos de trabalho e núcleos populacionais que fazem parte de nossas vidas e demandam nossa atenção.

A vida humana, justamente por sua composição essencial e inevitavelmente social, existe em constante fluxo. Nossas existências, compulsoriamente coletivas (por mais que tentemos nos pensar autossuficientes) são caracterizadas pela mudança, e é através do estudo aprofundado e reflexivo dessas relações dinâmicas, como as investigações aqui reunidas, que podemos esperar constituir sociedades mais estáveis, inclusivas e justas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

(DES)COLONIALIDADE, DIÁLOGO INTERCULTURAL E ETNORECONHECIMENTO NOS MUSEUS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO E A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEAS

Maria Amelia Souza Reis

DOI 10.22533/at.ed.4482101041

CAPÍTULO 2..... 20

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL

Josemar da Silva Abrantes

Renata Silva Gomes

DOI 10.22533/at.ed.4482101042

CAPÍTULO 3..... 27

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO AUXÍLIO À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Felipe Pereira de Melo

Arthur Gualberto da Cruz Bacelar Urpia

Rejane Sartori

DOI 10.22533/at.ed.4482101043

CAPÍTULO 4..... 43

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARANÁ

Cristiano José Barreto

DOI 10.22533/at.ed.4482101044

CAPÍTULO 5..... 53

A PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE (RE)SOCIALIZAÇÃO

Hillary Mariane Lapas Fujihara

Patricia Helena de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.4482101045

CAPÍTULO 6..... 68

A RECEPÇÃO E A REELABORAÇÃO DO CONCEITO DE PLANIFICAÇÃO POR GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

Alan Caldas

DOI 10.22533/at.ed.4482101046

CAPÍTULO 7..... 83

ANÁLISE FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN, NOS ANOS DE 2012 A 2016 – RUBRICA SALÁRIO FAMÍLIA

Clara Larissa Pinto de Araújo

Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira Lucena

Erivan Ferreira Borges

DOI 10.22533/at.ed.4482101047

CAPÍTULO 8.....	88
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LIDERANÇA E CAPACIDADE ABSORTIVA DO CONHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Daniela de Oliveira Massad	
Daniele Santos de Oliveira Archanjo de Souza	
Andreia Maria Pedro Salgado	
Édis Mafra Lapolli	
Fernando Augusto Silva Marins	
DOI 10.22533/at.ed.4482101048	
CAPÍTULO 9.....	100
CAIR, LEVANTAR E RECUPERAR: RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FRENTE A DESASTRES CLIMÁTICOS	
Tomas Matheus Giacomet de Oliveira	
Priscila dos Santos Schiavo	
Denis Dall'Asta	
Clóvis Fiirst	
DOI 10.22533/at.ed.4482101049	
CAPÍTULO 10.....	111
CERÂMICA VIVA	
Isabela Frade	
DOI 10.22533/at.ed.44821010410	
CAPÍTULO 11.....	124
COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA: ALTERNATIVAS À PRODUÇÃO DE INOVAÇÃO DECORRENTE DE PESQUISAS BÁSICAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR	
Samantha Frohlich	
Eliana Cunico	
Gabriela Christ	
DOI 10.22533/at.ed.44821010411	
CAPÍTULO 12.....	140
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA?	
Ralph José Neves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44821010412	
CAPÍTULO 13.....	152
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO SOCIAL NO ALTO JEQUITINHONHA – MG: OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL	
Allain Wilham Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.44821010413	

CAPÍTULO 14	174
ELEMENTOS RELEVANTES NO PROCESSO DE COPRODUÇÃO NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado	
Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.44821010414	
CAPÍTULO 15	185
ENTIDADE ASSISTÊNCIAL: CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE SÃO JOÃO DA URTIGA	
Bruna Hariane da Costa	
Emanuel Zanandréa	
Valéria Fracaro	
Valquíria Scolari	
Willian Sbruzzi	
DOI 10.22533/at.ed.44821010415	
CAPÍTULO 16	204
ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM PERÍCIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM ESTUDOS NACIONAIS DURANTE O PERÍODO DE 2008 A 2018	
Clara Alice Spies	
Lucimara Aparecida Zancheta	
Liliane Dalbello	
DOI 10.22533/at.ed.44821010416	
CAPÍTULO 17	226
GOVERNANÇA METROPOLITANA NA ESCALA LOCAL FRAGILIDADES, ENTRAVES E POSSIBILIDADES DOS MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	
Natália Aguiar Mol	
Sophia Guarnieri	
Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França	
Jordan de Oliveira Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.44821010417	
CAPÍTULO 18	243
GUIA PRÁTICO DE ATENDIMENTOS EM COACHING COM FERRAMENTAS COMPORTAMENTAIS, DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO	
Vera Ruth de Carvalho Fidalgo	
Rilvanda Maria Pires Santos	
Caroline das Graças dos Santos Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.44821010418	
CAPÍTULO 19	275
IDENTIFICAR A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	
Luiz Laertes de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.44821010419	

CAPÍTULO 20.....	297
INCLUSÃO DIGITAL EM JOGOS DIGITAIS EDUCACIONAIS: ANÁLISE POÉTICA DO JOGO SOLITAIREQUIZ	
José Roberto Cordeiro	
Luciane Maria Fadel	
DOI 10.22533/at.ed.44821010420	
CAPÍTULO 21.....	309
INSTRUMENTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: ATIVIDADE INTEGRADORA DO PLANEJAMENTO A PRÁTICA	
Fábio Teixeira Lima	
Felipe Lopes de Lima	
Gernei Goes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44821010421	
CAPÍTULO 22.....	320
MU (SEU): ESPAÇO DE CONEXÃO COM O PÚBLICO	
Aline Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.44821010422	
CAPÍTULO 23.....	332
NARRATIVAS DE VIDA DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ: EXPRESSÃO HUMANISTA DOS DIREITOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA	
Adriana do Carmo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.44821010423	
CAPÍTULO 24.....	346
O PAPEL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) DE UBATÃ-BAHIA E A POPULAÇÃO ATENDIDA ENTRE 2016 E 2017	
Pricila Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44821010424	
CAPÍTULO 25.....	359
OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM EM UM PLANO DE AULA SEGUNDO O MÉTODO DA NEOAPRENDIZAGEM	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado	
Graziela Grando Bresolin	
Patricia de Sá Freire	
Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.44821010425	
CAPÍTULO 26.....	373
RACISMO, MACHISMO, SEXISMO NA PUBLICIDADE: UM DILEMA ENTRE A CRIATIVIDADE E O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO	
Marina Aparecida Espinosa Negri	
DOI 10.22533/at.ed.44821010426	

CAPÍTULO 27.....	388
TÉCNICAS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS – UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA	
Amanda Silva Abrão	
Glória de Freitas Rocha Ribeiro	
Leôncio Campos Gouveia	
Mariana de Pádua Alves	
Marcos Roberto Alves da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.44821010427	
CAPÍTULO 28.....	405
BIBLIOMETRIA COMO TRILHA DE CONHECIMENTO E PESQUISA	
Rafael Angelo Santos Leite	
Marina Bezerra da Silva	
Iracema Machado de Aragão	
Maria Emilia Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.44821010428	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	418
ÍNDICE REMISSIVO.....	419

CAPÍTULO 3

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO AUXÍLIO À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Data de aceite: 22/03/2021

Data de submissão: 29/12/2020

Felipe Pereira de Melo

Mestrando do curso de Gestão do Conhecimento nas Organizações pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR
<http://lattes.cnpq.br/8799481757900318>

Arthur Gualberto da Cruz Bacelar Uripia

Orientador. Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações da UNICESUMAR
<http://lattes.cnpq.br/1969733264813192>

Rejane Sartori

Orientadora. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações da UNICESUMAR. Pesquisadora do ICETI
<http://lattes.cnpq.br/2212790934134878>

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo trazer uma contribuição acerca da discussão sobre o compartilhamento de conhecimentos na atividade de Inteligência de Segurança Pública. Do ponto de vista metodológico, este trabalho se configura como exploratório, com abordagem qualitativa. Como principais resultados observa-se que o compartilhamento de conhecimentos no âmbito das instituições de ISP, a partir da Gestão do Conhecimento, possibilita uma constante integração entre as unidades de Inteligência, facilita o processo de inovação e desenvolvimento, bem como amplia as

perspectivas para a melhor tomada de decisões, proporcionando maior eficiência e eficácia em matéria organizacional. Em consulta preliminar efetuada nas bases de dados *Scielo*, *Web of Science* e *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, percebe-se que os trabalhos que discutem sobre Gestão do Conhecimento na Segurança Pública não dão a devida atenção para o compartilhamento de conhecimentos. Diante disso, o aporte deste trabalho é dar luz a esta discussão no âmbito da atividade de Inteligência de Segurança Pública.

PALAVRAS - CHAVE: Gestão do Conhecimento. Compartilhamento do Conhecimento. Inteligência de Segurança Pública.

KNOWLEDGE MANAGEMENT AS AID TO PUBLIC SECURITY INTELLIGENCE

ABSTRACT: This study aims to contribute to the discussion about knowledge sharing in the Public Security Intelligence activity. From the methodological point of view, this work is configured as exploratory, with a qualitative approach. As main results, it is observed that the knowledge sharing within the ISP institutions, through Knowledge Management, enables a constant integration between the Intelligence units, facilitates the innovation and development process, as well as broadens the perspectives for the better decision making, providing greater efficiency and effectiveness in organizational matters. In a preliminary consultation conducted in the *Scielo*, *Web of Science* and *Higher Education Personnel Improvement Coordination (CAPES)* datdatabases, it is clear that the papers discussing Knowledge Management in Public

Security do not pay due attention to the sharing of information. knowledge. Given this, the contribution of this work is to shed light on this discussion within the scope of the Public Security Intelligence activity.

KEYWORDS: Knowledge Management. Knowledge Sharing. Public Security Intelligence.

1 | INTRODUÇÃO

No atual cenário político e social é perceptível o crescente aumento nos índices de violência de todo o Brasil, conforme dados publicados pelo Atlas da Violência em 2018 (Cerqueira et al., 2018), despertando assim a necessidade de repensar a Gestão Estratégica em matéria de segurança pública. Assim, visando aperfeiçoar as ações de segurança pública, os órgãos de Inteligência de Segurança Pública (ISP) procuram, por meio de suas atividades, estar à frente das organizações criminosas, promovendo operações sistemáticas e exploratórias e permitindo aos decisores acesso aos conhecimentos assessoráveis, seja no apoio tático, estratégico ou operacional.

De modo geral, a segurança pública está relacionada à prestação de serviços públicos, efetuada por instituições desse setor, a fim de manter a paz social, garantir a proteção dos direitos individuais e assegurar o pleno exercício da cidadania. Neste sentido, o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) tem como missão coordenar e integrar as atividades de ISP em todo País, visando suprir com informações para a melhor tomada de decisões (Decreto Nº 3695, 2000).

A ISP é conceituada como o exercício permanente e sistemático de ações especializadas a fim de que se possa identificar, avaliar e acompanhar as ameaças de qualquer natureza, reais ou potenciais, no âmbito da segurança pública (Brasil, 2007, *apud* Moreira; Ferro, 2017). Kent (1967) considera que a atividade de Inteligência pode ser caracterizada como produto, atividade e organização. Como produto trata-se do conhecimento obtido por meio da análise de dados e informações; como atividade refere-se ao meio pelo qual as instituições utilizam-se da metodologia de produção de conhecimentos para desenvolver produtos que possam subsidiar as tomadas de decisão no âmbito estratégico, tático e operacional (Melo, 2017); e como organização diz respeito à Inteligência em âmbito institucional, com suas características singulares. Um dos pontos que merece destaque é que, em âmbito organizacional, a Inteligência dispõe, além de informações disponíveis, de acesso a dados e informações protegidas ou negadas (Ferreira, 2017).

Tendo em vista que a atividade de Inteligência é um processo de integração entre os diferentes órgãos e que os dados, informações e conhecimentos são as suas matérias primas, tem-se que a Gestão do Conhecimento (GC) pode contribuir de forma significativa para a melhoria dos processos no âmbito organizacional. Como afirma Freire (2018) no âmbito da atividade de ISP a GC tem o propósito aprimorar a comunicação entre pessoas, processos e serviços.

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo trazer uma contribuição acerca da discussão sobre o compartilhamento de conhecimentos na atividade de ISP. Em consulta preliminar efetuada nas bases de dados *Scielo*, *Web of Science* e *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, percebe-se que os trabalhos que discutem sobre GC na Segurança Pública não dão a devida atenção para o compartilhamento de conhecimentos. Diante disso, o aporte deste trabalho é dar luz a esta discussão no âmbito da atividade de ISP. Para tal, do ponto de vista metodológico, este trabalho configura-se como exploratório, com abordagem qualitativa.

2 | A GESTÃO DO CONHECIMENTO

Historicamente, o conhecimento foi essencial para a sobrevivência e manutenção das organizações durante duas das maiores crises econômicas existentes na história, a crise do petróleo na década de 70 e a crise dos *subprime* em meados de 2007. Evidente que não se adota uma noção de causa e efeito e que há sempre inúmeros fatores interligados aos eventos, mas sem dúvida estes são fatores de grande relevância visto que, devido à escassez de recursos, foi necessário que as empresas se adaptassem ao cenário econômico, político e social.

Além disso, toda a proteção do conhecimento empresarial, que era característica do passado, acabou se tornando obsoleta. “[...] De modo geral, porém, é virtualmente impossível impedir os concorrentes de copiar e até mesmo aperfeiçoar produtos e métodos de produção com razoável rapidez numa era caracterizada pela mobilidade [...]” (Davenport; Prusak, 1999, p. 19). Neste sentido, esses autores descreveram que o conhecimento pode propiciar uma vantagem competitiva sustentável, sendo que as organizações, para se manterem ativas e competitivas no cenário global, necessitam utilizar-se do conhecimento existente e assim produzir inovações capazes de mantê-las em constante atualização, em um ciclo ilimitado de crescimento.

A doutrina em GC tem mostrado que a vantagem competitiva está diretamente ligada à inovação e revela ainda que esta é gerada por meio do conhecimento existente na própria organização, pela transformação do conhecimento tácito em conhecimento explícito (Nonaka; Takeuchi, 1997). Embora não exista consenso sobre o conceito de GC, visto que se modifica conforme as perspectivas, características e objetivos a que se propõe, Alavi e Leidner (2001, p. 131) mencionam que é uma área que “envolve diferentes etapas, interdependentes e relacionadas à criação, captura, armazenamento e compartilhamento do conhecimento, sendo um fenômeno contínuo, complexo e dinâmico”.

Para Bukowitz e Williams (2002, p.17), a GC consiste no “processo pelo qual a organização gera riqueza, a partir do seu conhecimento ou capital intelectual”. Argumentam ainda esses autores que a GC “fornece uma nova lente, através da qual a organização e o próprio processo de gestão podem ser vistos. Ela traz para o foco diferentes aspectos

da organização, que, por sua vez, terão impacto tanto no que é gerenciado quanto em como isso é feito” (Bukovitz; Williams, 2002, p. 367). Na visão de Probst, Raub e Romhardt (2002), são métodos para influenciar os ativos intelectuais da organização e orientar seu desenvolvimento.

Evidente que quando se trata de prestação de serviços públicos a perspectiva de gerar valor muda. Conforme afirma Batista (2006, p.18), “enquanto o setor privado implementa a GC visando o lucro e o crescimento, a administração pública busca principalmente qualidade, eficiência, efetividade social e desenvolvimento econômico e social”. Neste sentido, avalia-se que enquanto nas organizações privadas a GC está ligada a competitividade, manutenção e sobrevivência organizacional, no serviço público procura tornar a referida organização efetiva e eficaz, promovendo relevante impacto social na perspectiva de auxiliar na gestão de pessoas, processos e tecnologias nas organizações públicas.

Davenport e Prusak (1999) consideram que o compartilhamento de conhecimentos é considerado por muitos autores como um dos aspectos que mais contribuem para o desenvolvimento organizacional. Transferência, disseminação, transmissão, difusão, compartilhamento e troca são termos, por vezes, tratados pela doutrina como sinônimos, seja do individual para o coletivo, organizacional e entre organizações (Osinski; Roman; Selig, 2015).

O compartilhamento de conhecimentos pode ser identificado como um dos principais focos da GC, visto que esse processo promove a ligação entre o conhecimento individual (tácito) e o conhecimento coletivo ou organizacional (Hendriks, 1999). Quando os conhecimentos são compartilhados otimizam-se os recursos uma vez que o compartilhamento daquilo que já se tem dominado poupa os dispêndios da organização (Tonet; Paz, 2006), favorecendo, assim, que se concentre nas necessidades que ainda carecem de atenção. Além disso, o compartilhar vai muito além de apenas fornecer conhecimentos, pois promove a criação de novos conhecimentos, favorece a socialização e o desenvolvimento organizacional, uma vez que a capacidade de produzir conhecimentos, a partir do compartilhamento, facilita o processo de aprendizagem e aperfeiçoa a capacidade estratégica, atingindo melhores resultados (Freire; Furlan; Silveira, 2018).

Entretanto, no que diz respeito ao compartilhamento de conhecimentos, faz-se importante destacar que este tema ainda é pouco trabalhado entre organizações diferentes, sendo mais abundante os trabalhos que o discutem dentro da própria organização. Isto se dá devido a uma perspectiva competitiva entre as organizações privadas, em que o conhecimento, como maior ativo, permite que uma organização se destaque perante outras. Todavia, no serviço público, não há, ou melhor, não deveria existir, a concorrência entre organizações públicas, visto que seu objetivo é fornecer a melhor prestação de serviços à população. Neste sentido, é necessário realizar um esforço para compreender como seria possível o compartilhamento de conhecimentos entre órgãos públicos diante dos benefícios

que pode trazer para a sociedade.

Assim sendo, um dos modelos que pode ser utilizado com o intuito de verificar como pode ocorrer o compartilhamento de conhecimentos entre órgãos públicos é o proposto por Tonet e Paz (2006), composto de quatro etapas integradas: I) iniciação, que consiste em ações voltadas para identificar os conhecimentos necessários, as oportunidades para empregar os novos conhecimentos e as fontes para obtê-los; II) implementação, que se refere a ações para integrar fontes e destinatários do conhecimento; III) apoio, que se caracteriza por ações que visam promover o compartilhamento, seja por meio de oportunidades ou orientação prática; e IV) incorporação, em que o conhecimento compartilhado é disseminado e aplicado na prática.

Desta forma, pode-se considerar que o compartilhamento de conhecimentos promove a integração e a confiança entre as instituições, facilita o processo de resolução para soluções emergentes, bem como permite que os recursos, por vezes escassos, sejam melhor aplicados, propiciando o desenvolvimento inovativo no meio organizacional. Ademais, verifica-se que sua aplicação é viável inclusive entre diferentes órgãos públicos.

3 I INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A ISP tem sido pauta de inúmeras plataformas eleitorais, sendo perceptível, em discursos inflamados, que o fundamental é desenvolver e investir na ISP, sendo ela o remédio para todas as enfermidades. Na prática, é latente que os investimentos para a ISP e para as Polícias Investigativas de todo o Brasil permanecem por vezes no esquecimento, os quais geralmente são voltados a uma política de ostentação, cativando a opinião pública, com o escopo de que isto gera maior “sensação de segurança”, ou seja, mero paliativo para os reais problemas enfrentados.

A atividade de Inteligência no Brasil tem início em 1927 durante o então Governo de Washington Luís, com a criação do Conselho de Defesa Nacional, cuja proposta era exercer a atividade de Inteligência de Estado, visando proteger o Brasil de possíveis ameaças. Todavia, a noção de Inteligência e Contraineligência de fato são instituídas em 06 de setembro de 1946, durante o Governo de Eurico Gaspar Dutra, com a criação do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI).

A Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e criou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do SISBIN e considera Inteligência como a atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou que transitem.

Assim sendo, embora o SISBIN tivesse sido criado com uma proposta mais voltada à Inteligência de Estado, necessitava-se da criação de um organismo voltado à ISP. Quando se trata da atividade de ISP, deve-se ter claro que esta surge diante das necessidades em mover o aparelho estatal para prevenir e estar à frente das práticas criminosas no Brasil. Nesse sentido, o Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, cria o Subsistema de ISP no âmbito do SISBIN, tendo como órgão central a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça.

Conforme afirma Kent (1967), a Inteligência pode ser caracterizada como produto, atividade e organização. Desse modo, como produto está relacionada ao conhecimento obtido por meio da análise de dados e informações; como atividade diz respeito ao meio pelo qual as instituições utilizam-se da metodologia de produção de conhecimentos para desenvolver produtos que possam subsidiar as tomadas de decisão no âmbito estratégico, tático e operacional (Melo, 2017); e como organização trata-se da Inteligência em âmbito institucional, com suas características singulares. Um dos pontos que merece destaque é que, em âmbito organizacional, a Inteligência dispõe, além de informações acessíveis, o acesso a dados e informações protegidas ou negadas (Ferreira, 2017).

Segundo a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), a ISP é conceituada da seguinte forma:

[...] o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de segurança pública, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os governos – tanto em nível federal como estadual - , à tomada de decisões e a elaboração de políticas de planos de segurança pública (Brasil, 2007, s/p *apud* Moreira; Ferro, 2017, p. 61).

Já a Inteligência Policial é conceituada por Ferro Júnior (2008, p.52) como a “atividade que objetiva a obtenção, análise, produção e disseminação de informações e conhecimentos sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência na criminalidade na Segurança Pública [...]”. No que diz respeito aos ramos de atuação, a inteligência policial pode ser dividida em Inteligência e Contraineligência, sendo esta, conforme a Doutrina supramencionada, definida como

o ramo da atividade de Inteligência de Segurança Pública que se destina a produzir conhecimentos para proteger a atividade de Inteligência e a instituição a que pertence, de modo a salvaguardar dados e conhecimentos sigilosos e identificar e neutralizar ações adversas de qualquer natureza. A Contraineligência assessora também em assuntos internos de desvios de conduta, relacionadas à área de segurança pública. (DNISP, 2009, *apud* Siqueira, 2009, p.225).

Desta forma, quando se fala em Inteligência, esta pode ser pensada em uma perspectiva macro como sistema, como ramo e como produto gerado por parte de seus

analistas. Com relação ao ramo de Inteligência, este pode ser considerado em suas duas divisões básicas, Análise e Operações. O setor de Análise é aquele por meio do qual se produz informações e conhecimentos de inteligência no âmbito da organização e o setor de Operações é responsável por buscar dados e informações protegidos ou negados (Melo, 2017).

4 I CONTRAINTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Contrainteligência, conforme a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, é definida como o ramo destinado a produzir conhecimentos para preservar a atividade de Inteligência e a instituição a que pertence, protegendo e neutralizando ações adversas de qualquer natureza (DNISP, 2009, *apud* Siqueira, 2009).

De forma geral, pode-se afirmar que praticamente todas as instituições de Segurança Pública do País têm a noção de que o desenvolvimento estratégico, tático, administrativo e operacional é imprescindível para o enfrentamento à criminalidade. Conforme ilustrado por Cepik (2003, p.57), ao tratar dessa temática “a principal missão da Contrainteligência é garantir que os ‘outros’ só conheçam o que quisermos que eles conheçam sobre nós mesmos”. Desta forma, a Contrainteligência tem papel fundamental no desenvolvimento da efetividade em matéria de proteção institucional, devendo ter sua aplicabilidade irrestrita a meras conjecturas idealistas, visto que no atual cenário político-social é perceptível uma constante evolução por parte das organizações criminosas.

O país necessita, urgentemente, de especialista em Inteligência Estratégica de Segurança Pública. Analistas que dominem as técnicas e métodos da análise prospectiva e da análise de riscos. Que saibam abordar e estudar os crimes e os criminosos a partir de novos paradigmas, dando-lhes um enfoque global. Analistas que sejam verdadeiramente capazes de definir e apontar correlações entre os diversos fatores de influência relacionados ao surgimento e a evolução dos fenômenos criminais. Profissionais de inteligência com a condição efetiva de entregar aos níveis político e estratégico conhecimentos sistemáticos que lhes permitam visualizar, no presente, a multiplicidade e os graus de incerteza dos futuros possíveis, para que estas autoridades possam, a partir de então, definir as melhores estratégias de segurança pública com o objetivo de evitar as surpresas estratégicas e obter superioridade e surpresa estratégica frente aos fenômenos criminais modernos (Rockembach, 2017, p. 325).

É notório também que a criminalidade tem se adaptado ao contexto, especialmente no tocante à elaboração de estratégias e desenvolvimento de ações por parte das organizações criminosas, a fim de potencializar seus resultados, diminuir suas perdas e estender seus domínios, levando à constante deturpação da tranquilidade pública, ao abalo das forças de segurança e até mesmo à criação de Estados paralelos que, de forma constante, se embatem em “Guerrilha Urbana”.

A dinâmica social e o aumento da criminalidade obrigaram as instituições de segurança pública a desenvolverem mecanismos de defesa interna e externa. Um dos fatores que motivou essa política foi à profissionalização e organização da criminalidade, onde grupos organizados passaram a ingressar criminosos nas fileiras das instituições de segurança pública, com a finalidade de obtenção de informações privilegiadas e de corromper os demais integrantes da instituição (Siqueira, 2009, p. 225).

A despeito do fato de que a Contrainteligência é imprescindível para as ISP, ainda predomina um enorme abismo entre a teoria e prática. Dentre os segmentos de Contrainteligência, esta pode ser dividida em Segurança Orgânica, Segurança Ativa e Segurança de Assuntos Internos. A Segurança Orgânica compõe um conjunto de medidas passivas, de caráter meramente defensivas, destinadas a proteger as instituições das diversas ameaças que possam surgir. Trata-se do conjunto de ações protetivas integradas, destinadas a proteger os recursos humanos, a documentação, as instalações, o material, as comunicações, a telemática, informática e as operações, visando à efetiva proteção diante de qualquer natureza adversa. Dentre os ramos de Segurança Orgânica pode-se destacar a segurança de pessoal, segurança de documentação e material, segurança das telecomunicações, telemática e informática e segurança das áreas e instalações (Curso de Introdução à Atividade de Inteligência [CIAI], 2015).

Para que se consiga desenvolver a Segurança Orgânica, a instituição deve possuir um Plano de Segurança Orgânica oriundo de um trabalho de Análise de Riscos, o qual estabelece responsabilidades, identifica os recursos disponíveis e determina as ações a serem tomadas quando necessário. A elaboração da Análise de Riscos deve seguir metodologia própria com base no estudo da situação, decisão, elaboração do plano, implementação e supervisão das ações planejadas (CIAI, 2015). O produto gerado servirá de elementos para que possam ser estabelecidos protocolos de atuação diante das necessidades elencadas.

Por sua vez, entende-se por Segurança Ativa o conjunto de medidas protetivas, ofensivas, destinadas a detectar, identificar, avaliar, analisar e neutralizar as ações adversas de elementos ou grupos de qualquer natureza, que atentem contra a Segurança Pública (DNISP, 2009). Dentre estas medidas estão contrapropaganda, contraespionagem, contrasabotagem e contraterrorismo.

Por fim, a Segurança de Assuntos Internos é o conjunto de medidas destinadas à produção de conhecimentos que visam assessorar as ações de correição das instituições públicas. São ações destinadas apenas à “assessoria” das Corregedorias, não exercendo necessariamente seu papel. Essas ações tendem a oferecer suporte no tocante às informações referentes aos recursos humanos da instituição, bem como atuar na proteção da imagem institucional, exercendo importante papel (CIAI, 2015).

Como já mencionado, a Contrainteligência tem importância fundamental na proteção dos dados, informações e conhecimentos, e nesse contexto tem-se o Conhecimento

Sensível, que se refere a todo conhecimento considerado sigiloso ou estratégico, cujo acesso não autorizado pode comprometer a consecução dos objetivos nacionais e resultar em prejuízos ao país, necessitando de medidas especiais de proteção (Portaria nº 42 GSIPR, 2009).

A atividade de Inteligência está relacionada a uma verdadeira troca de informações constantes em prol de um objetivo maior, que é a Segurança Pública. Além disso, para a efetiva ação de Contraineligência, as ações individuais e coletivas devem ser pautadas em cautelas e zelos constantes (Brasil, 2004). Hamada (2017, p.31) considera que:

(...) há a necessidade de que haja o entendimento por parte dos diversos atores de que o conhecimento empírico não é a única base para o exercício da atividade de inteligência, mas sim a busca pelo seu equilíbrio com o aperfeiçoamento da teoria, seja pelo desenvolvimento de novos conceitos, seja pela reflexão dos processos existentes.

Nesse contexto Rockembach (2017, p. 323) ilustra afirmando que “desenvolver a mentalidade de inteligência nos altos gestores da segurança pública passa a ser, portanto, outro dos desafios da ISP para os próximos anos”. Ou seja, esta concepção deve estar principalmente atrelada aos decisores, o que facilitará o engajamento e a mudança de paradigmas.

Frisa-se que de nada adianta o conhecimento ser despejado e não praticado. Cada um dos segmentos de Contraineligência deve estar enraizado na matriz do indivíduo e evidenciado em seu cotidiano. Muito além da proteção ao conhecimento sensível, esta Cultura de Inteligência deve permitir que o profissional de segurança pública utilize das medidas de Contraineligência no dia a dia, seja em seu deslocamento, nas suas relações sociais etc., propiciando, assim, que não se torne alvo e vítima da criminalidade.

Na fase de sensibilização o objetivo é fazer com que os gestores tomem conhecimento da existência da atividade de inteligência. Na fase de conscientização a missão consiste em fazer com que os tomadores de decisão, além de conhecer, passem a acreditar na importância, eficiência e eficácia da Inteligência na solução de problemas relacionados à segurança pública. Na fase de capacitação a meta é fazer com que as autoridades não só conheçam os métodos, técnicas e práticas da atividade de inteligência, mas que também comecem a fazer uso delas no dia a dia normal de trabalho. Sem a mentalidade de inteligência o Processo Decisório jamais saberá usar a Inteligência de forma eficiente e eficaz (Rockembach, 2017, p. 324).

Obviamente, o produto da ISP e da investigação criminal são diferentes, pois enquanto a ISP trata do processamento e da análise de dados, resultando na produção de “conhecimentos” que servirão de suporte para um Decisor, na investigação criminal o objetivo final é a obtenção de elementos probatórios. Resta claro que desde 2014, com a criação do Relatório Técnico na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), as Agências de Inteligência podem contribuir efetivamente no auxílio técnico

(Ferreira, 2017).

Os Serviços de Inteligência podem servir como meio auxiliar no tocante à investigação criminal, podendo ou não ser utilizadas no conjunto probatório, todavia, comprometidos com o mesmo objetivo, qual seja, a redução e o combate à criminalidade (Melo, 2017, p. 68).

Outro ponto que merece destaque é o fato da integração de informações com outras instituições, pois um dos maiores problemas vividos, pelas mais diversas entidades do mundo, é considerar que a informação tem dono, sendo que, ao não compartilhá-la, fragilizam-se as estruturas existentes e se estabelece um clima de desconfiança perene entre as Agências (Brasil, 2004). Sendo assim, uma Cultura de Inteligência entre os mais diversos setores das instituições de segurança pública é indispensável para o seu pleno desenvolvimento, visto que, sem ela, a preocupação com a proteção à informação sensível e aos seus recursos humanos e materiais estarão completamente à deriva, fragilizando-a como um todo. Certamente, sem uma base sólida de formação e acompanhamento dificilmente se conseguirá traçar estratégias para o desenvolvimento institucional e para o enfrentamento da criminalidade organizada, que mantém um constante aperfeiçoamento de suas ações ilícitas.

5 I GESTÃO DO CONHECIMENTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança Pública, de modo geral, corresponde à prestação de serviços públicos, por parte de suas instituições, a fim de manter a paz social, bem como garantir a proteção dos direitos individuais e assegurar o pleno exercício da cidadania. Conforme contido no artigo 1º do Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, a principal missão do SISP é “coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo País e suprir os governos federal e estadual de informações que subsidiem a tomada de decisões nesse campo” (Decreto nº 3.695, 2000).

Para Ferro Júnior (2008), o binômio tecnologia e inteligência representa elemento fundamental para toda a organização policial em um contexto de enorme complexidade social, e na atualidade, conhecida como “era da informação”, é imprescindível um constante processo evolutivo da organização policial, visto que a criminalidade atua, sobretudo, na turbulência social, em que fatores como velocidade, conectividade e intangibilidade e inovação caracterizam a complexidade do mundo contemporâneo. Esse autor considera que

os organismos de Segurança Pública têm imenso repositório de informações, entretanto, ainda não se consegue desenvolver um ciclo de gestão para o uso efetivo de conhecimento existente. Na verdade, apesar dos esforços, a cultura presente nas organizações está na compartimentação e concentração de informações. A informação está disponível em algum lugar, contudo não é possível acessá-la. São consideráveis as estruturas com eficiência potencial

(aquela estruturada em computadores), porém a eficiência real somente é alcançada com a integração e com adição do capital humano, o conhecimento que está na cabeça dos policiais (Ferro Júnior, 2008, p. 287).

Neste sentido, ao se tratar da GC no âmbito da Segurança Pública, Freire (2018, p.7) considera que “a Gestão do Conhecimento na atividade de Inteligência de Segurança Pública tem o objetivo de melhorar a comunicação entre pessoas, processos e serviços, fomentando a socialização, o registro, o fluxo e a aplicação do conhecimento de modo eficaz”. Partindo para uma perspectiva macro, o modelo engessado das instituições policiais, ainda enraizado em uma postura conservadora, entra em conflito com as novas dinâmicas sociais, necessitando que sua concepção base seja reestruturada para um modelo mais flexível. Morgan (1996, p. 82) discute que “sob circunstâncias que mudam, é importante que os elementos da organização sejam capazes de questionar a propriedade daquilo que estão fazendo e modifiquem sua ação para levar em conta novas situações”, ou seja, esta “plasticidade organizacional”¹ torna-se imperativo para a gestão das organizações no atual contexto global.

Tendo em vista que a matéria prima da ISP e da GC são dados, informações e conhecimentos, torna-se fundamental discutir suas singularidades. Do ponto de vista da GC, os dados são caracteres distintos e objetivos relativos, ou seja, são registros estruturados dentro da organização. São descrições parciais sem significados inerentes, não fornecendo julgamentos ou interpretações. Já informação, como sua própria nomenclatura diz, diz respeito a “informar”, ou seja, ela muda o modo como o destinatário interpreta algo, exercendo impacto sobre seu julgamento. Desta forma, a informação tem propósito definido e relevância característica (Davenport; Prusak, 1999).

Com relação ao conhecimento, este pode ser entendido como o produto dotado de valor, com característica intangível; possui relevância significativa para os rumos da organização, influenciando diretamente nas tomadas de decisão e na geração de inovações. Embora dotado de enorme complexidade, o conceito de conhecimento contempla alguns componentes básicos, tais como a experiência, a verdade, o discernimento e as normas práticas (Davenport; Prusak, 1999).

Desta forma, a GC pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento das instituições de Inteligência. Sem dúvida, um dos principais desafios é como compartilhar informações e conhecimentos de inteligência. Muitos dos produtos, ou seja, documentos produzidos no âmbito da inteligência, são classificados à luz do que estabelece a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e desse modo, uma das formas de lidar com esta dificuldade está na necessidade de conhecer e estabelecer termos de confidencialidade entre os Agentes da própria organização. Por exemplo, se a Agência “A” possui necessidade de conhecer determinado assunto, pois a informação e o conhecimento podem trazer

¹ Plasticidade organizacional trata-se de expressão que procura incorporar o sentido de a organização moldar-se conforme as necessidades emergentes.

impacto a esta, cabe à Agência “B” suprir com todo o repertório necessário para auxílio, diminuindo custos, despendimento de recursos humanos e tecnológicos.

O compartilhamento de conhecimentos em meio aos órgãos de ISP segue como sendo a última etapa do Ciclo de Produção de Conhecimentos (CPC), no qual é composto por planejamento, reunião de dados, processamento e difusão. Como forma de facilitar o processo de difusão, tem-se que o modelo de compartilhamento do conhecimento proposto por Tonet e Paz (2006) pode ser adaptado para o compartilhamento de conhecimentos entre órgãos de ISP, sendo sugerido que nas fases de **iniciação** os analistas identifiquem as necessidades de se conhecer, como geralmente já ocorre na prática em grande parte dos órgãos de ISP; na de **implementação** institucionalize-se a proposta de integração por parte dos próprios órgãos de ISP, bem como da Secretaria de Segurança Pública, estabelecendo os regulamentos para sua implantação; na de **apoio**, sugere-se ações de compartilhamento de conhecimento, tais como:

a) Eventos de conhecimentos genéricos: como medida proativa dos órgãos de ISP, o envio sistemático de documentos que possam ser úteis para as respectivas unidades de inteligência, bem como as suas organizações; reuniões periódicas para a discussão de implementos inovativos;

b) Eventos de conhecimentos específicos: reuniões entre os decisores dos respectivos órgãos de ISP, bem como utilização de aplicativos com criptografia para o compartilhamento de conhecimentos, conforme a necessidade e urgência na tomada de decisões;

c) Eventos com especialistas de conhecimentos: integração entre os recursos humanos dos diferentes órgãos de ISP, a fim de que se promova, por meio de seminários, congressos, eventos e reuniões, o compartilhamento de conhecimentos específicos; e

d) Eventos de networking: realização de eventos como congressos, reuniões, seminários etc., a fim de que haja integração entre os recursos humanos dos diferentes órgãos de ISP ou com demais instituições de interesse.

Por fim, na fase de incorporação, que ocorra a aplicação do conhecimento compartilhado na prática como instrumento de auxílio ao processo de tomada de decisões.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compartilhamento do conhecimento é um importante processo da GC e sua prática deve ser incentivada nas organizações, visto que, na atualidade, a vantagem competitiva está diretamente ligada à inovação e esta, por sua vez, é gerada por meio do conhecimento existente na própria organização, ou seja, por meio da transformação do conhecimento tácito em explícito. Embora seja pacífico o entendimento de que a ISP no Brasil está

muito aquém de ter todo seu potencial desenvolvido, é notável o comprometimento das instituições em desenvolver ferramentas e mecanismos de forma constante, visando a eficácia no combate à criminalidade, seja de forma sistemática ou exploratória.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho consistiu em trazer uma contribuição acerca da discussão sobre o compartilhamento de conhecimentos na atividade de ISP. Com isto, inicialmente, verificou-se ser indiscutível que, para se obter efetividade em matéria de segurança pública, faz-se necessário o desenvolvimento do compartilhamento de conhecimentos em meio às instituições e seus recursos humanos, advinda de uma formação inicial e contínua, enraizada na matriz do indivíduo e evidenciada em seu cotidiano. Ainda, este compartilhamento, como forma de cultura organizacional, permite que ocorra o fluxo constante de interação entre seus recursos humanos, possibilitando que o conhecimento seja de fato considerado o maior ativo intangível nas organizações de segurança pública.

Desta forma, a atividade de Inteligência, ao produzir conhecimentos assessoráveis, permite o desenvolvimento de medidas proativas a fim de melhorar a eficiência em segurança pública, avaliando os cenários e as variáveis de forma ampla. Assim, a implementação da prática do compartilhamento de conhecimentos no âmbito das instituições de ISP pode propiciar uma constante integração organizacional, permitindo, com isto, que as atuações não sejam refeitas a todo instante, mas que haja uma melhor utilização dos recursos existentes e de adaptação conforme as necessidades. Ademais, ao compartilhar conhecimentos, os Agentes devem entender que estão contribuindo para o desenvolvimento de inovações e para o sistema como um todo, propiciando maior eficiência e eficácia organizacional. Desse modo, essa prática permite que os recursos humanos existentes aumentem suas potencialidades em um fluxo de constante troca e desenvolvimento.

Assim sendo, o compartilhamento de conhecimentos no âmbito das instituições de ISP, a partir da GC, propicia uma constante integração entre as unidades de Inteligência, facilita o processo de inovação e desenvolvimento, bem como amplia as perspectivas para a melhor tomada de decisões, proporcionando maior eficiência e eficácia em matéria organizacional.

Por fim, como um importante resultado deste trabalho, foi proposto que, para que haja um efetivo compartilhamento de conhecimentos entre os órgãos de ISP, estes podem adaptar as seguintes fases do modelo de compartilhamento de conhecimentos, de autoria de Tonet e Paz (2006), a saber: iniciação, implementação, apoio e incorporação.

Como desdobramentos futuros deste estudo verifica-se a necessidade de realizar pesquisas mais aprofundadas no que diz respeito às contribuições da GC para a proteção do conhecimento sensível, especialmente quanto às perspectivas de desenvolvimento e inovação científica e tecnológica.

REFERÊNCIAS

- ALAVI, M., & LEIDNER, D. E. (2001). Knowledge management and knowledge management systems: Conceptual foundations and research issues. *MIS Quarterly*, 107-136.
- BRASIL, G. M. (2004). *Formação e Inteligência Policial: desafios à Política Pública de Segurança*. UFC: O público e o Privado – Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, N° 4.
- BUKOWITZ, W. R., & WILLIAMS, R. L. (2002). *Manual de gestão do conhecimento: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa*. Porto Alegre: Bookman.
- CAMARGO, B. V., & JUSTO, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2), 513-518.
- CERQUEIRA, D. C., Lima, R. S. D., BUENO, S., NEME, C., FERREIRA, H., COELHO, D. & Reis, M. (2018). Atlas da violência 2018.
- Cepik, M. (2003). *Espionagem e democracia*. FGV Editora.
- CIAI. *Curso de Introdução à Atividade de Inteligência*. (2015). Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.
- DAVENPORT, T. H., & PRUSAK, L. (1992). Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- DAVENPORT, T. H., MARCHAND, D. A., & Dickson, T. (2004). *Dominando a gestão da informação*. Bookman.
- Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000*. (2000). Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm
- Decreto de 15 de dez. de 2017*. (2017). Aprova a estratégia nacional de inteligência. Recuperado de: // www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14503.htm
- DETLOR, B. (2010). Information Management. *International Journal of Information Management*. N°. 30, p.103-108.
- FERREIRA, V. H. R. A. (2017). *Inteligência Policial e Investigação Criminal*. In: HAMADA, H. H. MOREIRA, R. P. (2017). Inteligência de segurança pública contribuições doutrinárias para o cotidiano policial. Belo Horizonte: D'Plácido.
- FERRO JÚNIOR, C. M. (2008). *A inteligência e a gestão da informação policial*. Brasília: Fortium.
- FREIRE, J. J. FURLAN, S. A. SILVEIRA, J. L. G. (2018). *Gestão do conhecimento na atividade de inteligência de segurança pública – uma abordagem prática e tecnológica*. Curitiba: Appris.

HAMADA, H. H. (2017). *Referenciais de pesquisa em inteligência no Brasil: o olhar do pesquisador e as tendências da produção científica*. In: HAMADA, H. H. MOREIRA, R. P. (2017). *Inteligência de segurança pública contribuições doutrinárias para o cotidiano policial*. Belo Horizonte: D'Plácido.

HENDRIKS, P. (1999). Why share knowledge? The influence of ICT on the motivation for knowledge sharing. *Knowledge and Process Management*, v. 6, n. 2, p. 91-100.

KENT, S. (1950). *Informações estratégicas*. Rio de Janeiro: Bibliex.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. - São Paulo: Atlas.

Martins, S. D. C. (2014). *Gestão da Informação: estudo comparativo de modelos sob a ótica integrativa dos recursos de informação*. Universidade Federal Fluminense.

MCDERMOTT, R. O'DELL, C. (2001). Overcoming cultural barriers to sharing knowledge. *Journal of Knowledge Management*, Bingley, v.5, n. 1, p. 76-85.

MELO, F. P. (2017). *A utilização dos serviços de inteligência no inquérito policial*. Curitiba: Íthala.

MELO, F. P. BITTENCOURT, J. C. BLANCHET, L. R. (2019). *Técnicas de Entrevista e Interrogatório*. Curitiba: Intersaberes.

MOREIRA, W. G. FERRO, A. L. (2017). *Formação do profissional de inteligência no âmbito do subsistema de inteligência de segurança pública e sistema de inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal*. In: HAMADA, H. H. MOREIRA, R. P. (2017). *Inteligência de segurança pública contribuições doutrinárias para o cotidiano policial*. Belo Horizonte: D'Plácido.

MORGAN, G. (1996). *Imagens da Organização*. Trad. Cecília W. Bergamini e Roberto Coda, São Paulo: Atlas.

NONAKA, I. TAKEUCHI, H. (1997). *Criação de Conhecimento na Empresa. Como as empresas Japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Campus.

OSINSKI, M., ROMAN, D. J., & SELIG, P. M. (2015). Compartilhamento de conhecimento: estudo bibliométrico das publicações acadêmicas realizadas de 1994 a 2014. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 20(4), 149-162.

Portaria nº 42 GSIPR, 19 de agosto de 2009. (2009). Institui, no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível - PNPC e dá outras providências. Recuperado de: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=213674>

PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. (2002). Knowledge management in organization. *Krakow: Publishing Office*.

ROCKEMBACH, S. J. (2017). *Os Desafios da Inteligência de Segurança Pública para os próximos cinco anos*. In: HAMADA, H. H. MOREIRA, R. P. (2017). *Inteligência de segurança pública contribuições doutrinárias para o cotidiano policial*. Belo Horizonte.

SIQUEIRA, R. F. D. R. S. (2009). *Contra-inteligência*. In CASTRO, C. A.; RONDON FLIHO, E. B. (2009) *Inteligência de Segurança Pública*. Curitiba: Juruá.

TONET, H. C.; PAZ, M. G. T. (2006). Um modelo para o compartilhamento de conhecimento no trabalho. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, v. 10, n. 2, p. 75-94.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise Econômico-financeira 83
Aprendizagem Organizacional 88, 89, 136, 361
Atividade Física 43, 44, 46, 47, 48, 51
Auditoria 83, 84, 86, 190

C

Capacidade Absortiva 7, 88, 89, 90, 91, 93, 95
Cerâmica 7, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 157
Compartilhamento 27, 29, 30, 31, 38, 39, 41, 42, 92, 116, 122, 177, 326, 334, 344, 360
Comunidade de Aprendizagem 111, 362
Conhecimento 6, 7, 9, 10, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 16, 17, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 55, 58, 62, 63, 64, 65, 73, 74, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 113, 115, 116, 126, 127, 130, 132, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 160, 161, 168, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 192, 201, 205, 206, 208, 210, 216, 219, 223, 235, 248, 265, 274, 276, 277, 278, 279, 292, 293, 295, 297, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 321, 323, 333, 335, 336, 338, 340, 342, 343, 344, 346, 349, 360, 361, 362, 363, 367, 368, 369, 371, 388, 390, 394, 405, 406, 407, 411, 414, 416, 418
Contabilidade Pública 83
Cooperação 7, 47, 93, 114, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 172, 180, 228, 229, 280, 361, 397, 398

D

Desastres Climáticos 7, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109
Desconsideração 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25
Desenvolvimento Econômico 5, 7, 25, 30, 124, 136, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 239, 241, 280, 360
Desenvolvimento Social 75, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 194, 202, 348, 357
Direito empresarial 6, 20

E

Educação Intercultural 1, 13, 14
Ensino Prisional 53, 55
Estado 6, 8, 1, 31, 32, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 58, 61, 67, 75, 81, 103, 105, 110, 113, 114, 117, 120, 122, 130, 132, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149,

150, 151, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 183, 188, 189, 204, 206, 207, 208, 209, 222, 224, 230, 231, 235, 246, 247, 251, 252, 257, 263, 274, 316, 320, 326, 336, 348, 349, 351, 358, 371, 415

etnoReconhecimento 1, 2, 3, 17, 18

Extensão Acadêmica 111

G

Gestão 6, 8, 3, 5, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 40, 41, 88, 89, 93, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 130, 138, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 174, 175, 177, 187, 188, 190, 191, 198, 199, 200, 201, 202, 219, 223, 226, 228, 229, 230, 231, 236, 237, 238, 241, 242, 243, 281, 282, 295, 352, 357, 370, 388, 395, 397, 405, 416, 418

Gestão do conhecimento 6, 27, 29, 36, 40, 88, 174, 177

Guerreiro Ramos 6, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 80

I

Inovação 7, 27, 29, 36, 38, 39, 41, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 180, 181, 184, 269, 359, 360, 361, 364, 371, 375

Inteligência 6, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 52, 271, 272, 339, 340, 377

J

Justiça do trabalho 20, 21, 22, 24, 25

K

Karl Mannheim 68, 69, 70, 71, 81, 82

L

Liderança 7, 47, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 131, 156, 157, 165, 170, 171, 182, 280, 362

M

Municípios Paranaenses 7, 100, 102, 104

Museus 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 313, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 330, 331

P

Personalidade Jurídica 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Pesquisa Aplicada 124, 125, 133

Pesquisa Básica 124, 125, 131
Planificação 6, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 116
Policial Militar 43, 45, 47, 48, 49
Prática Estratégica 53, 59, 61, 67
Projeto de Arte 111
Projeto de Remição pela Leitura 53, 57, 58, 60, 63
Psicologia Militar 43, 46

R

Reforma Trabalhista 6, 20, 21, 24, 25
Resiliência Financeira 7, 100, 101, 102, 104, 105, 108
Revisão sistemática 7, 88, 92, 95

S

Saúde do Trabalho 43
Segurança Pública 5, 6, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49
Suicídio 43, 47, 49, 50, 51, 52

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021